

CDS-PP é partidário da introdução da tarifa familiar na água e no saneamento básico

O candidato do CDS-PP à Câmara do Funchal defende um novo modelo de tarifário a cobrar aos munícipes em matéria de água e saneamento básico. «A principal alteração que há a fazer em matéria de política de água é a que diz respeito ao tarifário. Somos partidários da introdução da tarifa familiar da água e do saneamento básico. Não é por uma casa consumir mais que deve pagar mais. Sê-lo-á se essa casa for habitada por uma só pessoa. Se nessa casa viverem 5, 6, 7 pessoas, a tarifa de água deve ser pensada por cabeça», explicou. Para Ricardo Vieira, a medida já é aplicada noutras autarquias do país e considera-a «mais justa, numa câmara social e que atende aos problemas concretos das pessoas». O PP entende que as famílias numerosas não devem ser penalizadas por consumirem mais. «Temos de penalizar o excesso de consumo quando ele, per capita, é excesso», disse. Balizas que devem valer para as empresas.

Instado sobre a qualidade da água de consumo, Ricardo Vieira disse que não tem críticas a fazer. Com a ressalva de que devem existir preocupações permanentes através das análises e do estado de conservação da rede de abastecimento, das aduções e captações. O mesmo não poderá dizer da qualidade das águas balneares/ribeirinhas. «É estranho que numa cidade turística, com uma frente mar tão grande, continuemos a ver o mar totalmente sujo», disse.

Sobre a eventual privatização dos serviços de água da autarquia, Ricardo Vieira disse que não é avesso às políticas de "out-sourcing" desde que salvaguardado o interesse público na gestão de um bem essencial. «Não me choca», confessou.

A outro nível, apesar do cosmopolitismo da cidade do Funchal, o candidato centrista disse que ainda «faz muito sentido» falar em água de rega. «O Funchal tem muitas manchas verdes, muitos jardins, há muitas pessoas que, infelizmente, recorrem à água potável para manter o seu jardim porque deixaram de ter água de rega». A solução, diz Ricardo Vieira, é transversal à Câmara e ao Governo mas há caminhos que se podem desbravar, designadamente no reaproveitamento de águas residuais.